

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 2011 - NÚMERO 01 -----

Aos onze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e onze, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Duarte Pereira e Luís Filipe Silva Garrotes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.-----

Assinalou-se a ausência do Vereador Mário Peixinho.-----

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram dezoito horas e vinte minutos.-----

ACTAS: -----

Passou-se à apreciação da acta de 23 de Novembro.-----

O Vereador Luís Garrotes afirmou que, em duas passagens, a acta não transcreve o essencial das suas palavras e pediu para retirar da ordem de trabalhos a aprovação da acta a fim de se poder ouvir de novo a gravação.-----

A Vereadora Regina Ferreira, o Vereador Carlos Pereira e o Presidente apresentaram algumas propostas de alteração à redacção.-----

O Presidente propôs a retirada da acta, a fim de precisar o texto com nova audição da gravação, e trazer na próxima Reunião de Câmara.-----

A proposta do Presidente foi aprovada por unanimidade.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Vereador Luís Garrotes começou a sua intervenção por perguntar pelo processo relativo às obras do Centro Escolar, concretamente o assunto dos vãos de janelas tratado na última reunião de Câmara. O Vereador pretende saber como ficou a nova consulta às empresas e se se conseguiu reduzir o valor das propostas.-----

Em seguida, o Vereador perguntou pela campanha de sensibilização para o uso correcto dos contentores do lixo. Essa ideia foi apresentada pelo Vereador em Reunião de Câmara, tendo o Presidente se comprometido em levá-la por diante. O Vereador pretende saber se alguma coisa já foi feita nesse sentido.-----

Recordou depois a carta remetida pela Quinta da Lagoalva, que solicitava à Câmara a intervenção possível no sentido de minorar a insegurança que se fazia sentir nos campos de cultivo. Entretanto, decidiu-se marcar uma reunião com o Comando da GNR a fim de sensibilizar essas forças de segurança para o problema. O Vereador pergunta agora se essa reunião já se realizou e qual foi o seu resultado.-----

O Vereador perguntou ainda por desenvolvimentos no que respeita ao projecto do CLDS. Entende o Vereador que, com o agravamento das condições de vida, este projecto ganha ainda mais pertinência.-----

A Vereadora Regina Ferreira interveio em seguida, pedindo o ponto de situação sobre as obras do Centro Escolar e da Casa dos Patudos, bem como em relação às pequenas obras que estavam a decorrer na Escola E.B. 1.-----

Sobre o Parque de Campismo, a Vereadora pretende saber se já se encontrou uma solução para a gestão dessas infra-estruturas e se o Parque se encontra em funcionamento durante o fim-de-semana.-----

Mais uma vez, a propósito da Casa dos Patudos, a Vereadora evocou o protocolo assinado com a Associação dos Amigos da Casa dos Patudos para questionar se existem algumas actividades a desenvolver por essa associação em conjunto, quer com a Câmara, quer com o Instituto Politécnico de Leiria sob a orientação do Prof. Bonifácio Serra, ou se as actividades são apenas aquelas que já constam do Plano de Actividades da Câmara para o Casa dos Patudos.-----

O Vereador Luís Garrotes voltou a intervir, referindo as obras que estão a decorrer no Estádio Municipal, concretamente nos balneários. Pretende o Vereador saber se estas obras traduzem a opção de não criar para já novas infra-estruturas, ou se se trata

apenas de reparações provisórias que não reflectem nenhuma opção de fundo.-----

O Presidente começou por responder às questões do Vereador Luís Garrotes. Sobre as obras no Centro Escolar, o Presidente lembrou a decisão tomada em Reunião de Câmara de pedir novas opiniões no que respeita aos vãos de janelas e janelas a colocar, uma vez que se tinha detectado uma falha no projecto nessa área e considerado a solução encontrada demasiado cara. A informação de que o Presidente dispõe é que a Eng.^a Carla Cunha, responsável pela obra, fez uma pesquisa junto de 6 empresas fornecedoras sem que nenhuma tivesse respondido. Assim, mantém-se como única proposta a da empresa JMSF, com valores considerados acima do valor de mercado. Entretanto, a empresa à qual a obra está adjudicada suspendeu os trabalhos alegando indefinição nessa questão. Aproveitando esta paragem nos trabalhos, entende o Presidente que se deve fazer outra pesquisa de mercado rápida e dar-se então andamento imediato ao processo, sendo que o assunto virá então à Reunião de Câmara para ratificar. Em todo o caso, a segurança das crianças terá de vir em primeiro lugar, pelo que não se pode equacionar a manutenção do projecto tal como ele foi originalmente concebido.-----

Quanto à proposta do Vereador Luís Garrotes, de se lançar uma campanha de sensibilização para uma utilização correcta dos contentores do lixo, o Presidente admitiu que a ideia entretanto não avançou, mas adiantou que o projecto se mantém em cima da mesa e que deverá avançar o quanto antes, logo que haja disponibilidade da parte do Gabinete de Comunicação para proceder ao trabalho gráfico.-----

Em relação à carta enviada pela Quinta da Lagoalva dando conta dos constantes roubos de material agrícola, o Presidente lembrou os vereadores que, na altura, reenviou a carta às entidades competentes, nomeadamente o Comando Distrital da GNR, o Governo Civil e o Ministério da Administração Interna. Entretanto, o Presidente já teve oportunidade de se reunir com o Comando do Posto da GNR de Alpiarça e abordar a questão. Ao nível do Comando Distrital, a situação passa agora por alguma indefinição, dado que houve alterações do Comandante, pelo que o Presidente ainda não teve oportunidade de reunir com esta entidade. -----

Entretanto, na sequência da crescente insegurança na Vila e no reconhecimento da existência de um défice de efectivos da GNR no nosso concelho, o Presidente entende que seria de considerar marcar uma reunião com o Ministro da Administração Interna onde estivessem representadas todas as forças políticas do Concelho, a fim de, em conjunto, se abordar todas estas questões e mostrar ao Ministro que é uma preocupação comum.-----

Os Vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes concordaram com esta proposta do Presidente, pelo que se decidiu avançar com as diligências necessárias à concretização desta reunião.-----

De qualquer forma, o Presidente informou que o Governo Civil, em colaboração com a EDP, a GNR e com as associações de agricultores, está a pôr em prática um programa de monitorização de roubos de materiais agrícolas, sendo que a Câmara se comprometeu em fazer a divulgação deste programa junto dos agricultores, compromisso que está a cumprir.-----

Em relação às obras no campo de futebol, o Presidente explicou que houve uma pequena intervenção de urgência nos balneários para resolver os problemas de infiltração que apresentava. O Presidente deu ainda conta das suas intenções de proceder a uma intervenção de maior envergadura para recuperar essas instalações, tentando para isso encontrar o programa de financiamento externo mais apropriado.-----

Em relação à Casa dos Patudos, o Presidente revelou que a construtora pediu uma prorrogação do prazo de conclusão da obra, legitimando esse pedido nos sucessivos atrasos a que várias contingências foram obrigando.-----

O Eng.º José Portugal explicou que o pedido de prorrogação do prazo se deve essencialmente à intervenção arqueológica a que obrigou a descoberta de vestígios osteológicos, à omissão na concepção inicial de um projecto para a ventilação das paredes, à necessidade de certificação do projecto de gás natural e à questão do mau tempo que se fez sentir no arranque da obra e que impediu que se fizessem alguns dos trabalhos previstos.-----

Relativamente às obras na Escola E.B.1, o Presidente explicou que se tratou essencialmente da pavimentação do pátio e adiantou que se procederá agora à pintura do edifício da escola e à substituição das coberturas de fibro-cimento. Entretanto, a Junta de Freguesia está a proceder a alguns arranjos exteriores.-----

Quanto ao Parque de Campismo, o Presidente informou que ainda não existe nenhuma decisão quanto ao modelo de gestão a adoptar e que, em princípio, este se encontra fechado ao fim-de-semana.-----

Em relação à Associação dos Amigos da Casa-Museu dos Patudos (AACMP), o Presidente explicou que esta associação colabora frequentemente com as actividades que se realizam na Casa dos Patudos, como aconteceu, por exemplo, a propósito das comemorações do Centenário da República. Quanto ao protocolo que a Câmara assinou com esta associação, o Presidente explicou que este se destinava sobretudo a dar cobertura a uma responsabilidade que a Autarquia delegou na Associação e que consistia na manutenção e no funcionamento da Loja dos Patudos. Entretanto a AACMP fez chegar à Câmara as suas propostas para o plano de actividades de 2011, que serão agora integradas no Plano de Actividades da Câmara. De resto, o protocolo está a ser cumprido e a loja mantém-se em funcionamento, muito embora o Presidente coloque muitas dúvidas quanto à rentabilidade daquele espaço tal como ele foi concebido.-----

A Vereadora Regina Ferreira concordou com esta ideia, afirmando que na sua opinião a loja está mal localizada e entende que se deveria ter encontrado outro espaço para implantar a loja ou que se deveria ter definido um percurso turístico que levasse as pessoas até àquele local.-----

O Presidente informou, ainda, os vereadores que da parte da AACMP há abertura para renegociar o protocolo, até porque eles também têm consciência da pouca rentabilidade daquele espaço para o Município. Esta será portanto uma discussão a equacionar brevemente.-----

Para falar do CLDS tomou a palavra o Vereador Carlos Pereira, informando que recebeu uma comunicação do Instituto da Segurança Social dizendo que, após análise dos serviços distritais de Santarém, concluíram que a ARPICA possui capacidade financeira e técnica para desempenhar as funções de entidade coordenadora local do CLDS, mas não possui capacidade administrativa, factor que impossibilita esta instituição de desempenhar aquelas funções.-----

O Vereador Luís Garrotes mostrou alguma estranheza relativamente a esta decisão porque este projecto tem um corpo administrativo próprio, que não é o mesmo da instituição que localmente coordena o projecto.-----

O Presidente afirmou também ter ficado surpreendido com esta decisão, da mesma forma que a ARPICA ficou surpreendida, o que motivou uma contestação imediata.-----

O Vereador Luís Garrotes afirmou entender que o assunto merecia um pedido de explicação por parte da Autarquia que inquirisse sobre os pormenores desta decisão. Até porque pode prender-se com algum elemento que a ARPICA possa facilmente ultrapassar. O Vereador Carlos Pereira afirmou que já pediu ao Gabinete de Acção Social que entrasse em contacto com a Segurança Social a fim de avaliar a situação com mais pormenor.-----

ORDEM DO DIA: -----

EXPEDIENTE: -----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:-----

VÁRIOS:-----

- Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia - Garantia Bancária.-----

O Vereador Carlos Pereira explicou que esta garantia visa pagar uma dívida à Associação de Regantes. Foram pedidas a 3 entidades bancárias propostas para uma Garantia Bancária, sendo que apenas 2 responderam e, dessas, uma disse que não tinha condições para dar a Garantia. A única resposta positiva foi da Caixa Geral de Depósitos. Entretanto, a Garantia já foi emitida e entregue e inclusivamente já foi paga este mês a primeira prestação da dívida. Entretanto o Banco pediu a acta da reunião de Câmara em que conste a deliberação da aceitação das condições propostas.-----

Posto à votação, foi deliberado por maioria, com 2 abstenções dos vereadores da oposição, ratificar o Contrato de Prestação de Garantia Bancária entre a Caixa Geral de Depósitos e a Câmara Municipal de Alpiarça, aceitando as condições propostas.-----

- CIMLT - Concurso nº 1/2010 - Aquisição de Serviços na Área dos Seguros - Deliberação.-----

O Vereador Carlos Pereira informou que há nesta proposta uma redução no valor de cerca de 38.800,00€ em relação ao valor estimado pelo Município quando fez a proposta, tendo em conta os valores dos contratos dos seguros em vigor e os valores praticados na actualidade.-----

Foi aprovado por unanimidade adjudicar a proposta apresentada pelo concorrente nº3 - A Açoreana - assumindo este Município a responsabilidade pelo valor dos seguros que lhe dizem respeito e que vai contratar, cujo valor é de 229.385,04€.-----

- Constituição de Fundos de Maneio para o Ano de 2011.-----

O Vereador Carlos Pereira explicou que as únicas alterações em relação ao documento do ano passado é o aumento do valor a atribuir à Acção Social, que passou de 75€ para 150€, e a diminuição do valor a atribuir à Secretaria, que passou de 500€ para 300€.-----
Deliberado por unanimidade concordar com esta proposta de constituição de Fundos de Maneio para o ano de 2011.-----

ACÇÃO SOCIAL:-----

- Acção Social Escolar - Auxílios Económicos - Informação Interna 2/AS/2011.-----

A Vereadora Regina Ferreira afirmou que estes casos devem vir a reunião de Câmara acompanhados de documentação que justifique e clarifique as pretensões.-----

O Presidente concordou com esta observação e propôs que se votasse este ponto com a ressalva de que, em situações futuras, estas situações passem a vir acompanhadas do processo em causa.-----

Deliberado por unanimidade conceder o auxílio económico, de acordo com o parecer técnico.-----

- Acção Social Escolar - Bolsas de Estudo - Informação Interna 124/AS/2010 - Cabimentação.-----

Deliberado por unanimidade concordar com esta lista de atribuição de bolsas de estudo e cabimentar o valor correspondente.-----

- Regulamento dos Transportes Escolares; Regulamento da Componente de Apoio à Família no Pré-Escolar e 1º ciclo do Ensino Básico - Informação Interna 04/GE/2011.--

O Presidente começou por explicar que estes 3 regulamentos têm de ser discutidos e votados separadamente e dessa forma enviados à Assembleia Municipal. Explicou também que estes regulamentos têm origem na constatação de que, embora esta matéria seja anualmente objecto de deliberação, não havia um regulamento aprovado que funcionasse para os vários anos lectivos. Mais informou que os regulamentos já foram enviados para análise e emissão de parecer do Conselho Municipal de Educação,

tendo este órgão emitido parecer favorável.-----
Quanto aos regulamentos para a Componente de Apoio à Família no Pré-Escolar e no 1º ciclo, a Vereadora Regina Ferreira comentou que os regulamentos deveriam ter seguido a mesma estrutura para mais facilmente poderem ser confrontados.-----

O Presidente explicou que se tratam de regulamentos com conteúdos e valências diferentes, uma vez que o âmbito de intervenção do 1º ciclo é muito mais alargado do que o do pré-escolar.-----

A Vereadora Regina Ferreira fez mais algumas considerações de pormenor no sentido de clarificar os documentos. Entende que os regulamentos podiam ter uma redacção menos ambígua. No entanto, a Vereadora entende que, se as pessoas que estão no terreno acham que o documento faz sentido e se já o aprovaram em reunião do Conselho Municipal de Educação, também não vai ser ela a levantar entraves.-----

Quanto ao regulamento dos transportes escolares, a Vereadora Regina Ferreira levantou ainda algumas questões de pormenores relacionadas com a redacção do documento.-----

Posto isto, passou-se à votação em separado dos 3 regulamentos em apreciação: -----

- **Regulamento de Componente de Apoio à Família no Pré-Escolar.**-----

Aprovado por unanimidade. Submeter o documento à Assembleia Municipal.-----

- **Regulamento de Componente de Apoio à Família no 1º Ciclo do Ensino Básico.**-----

Aprovado por unanimidade. Submeter o documento à Assembleia Municipal.-----

- **Regulamento dos Transportes Escolares.**-----

Aprovado por unanimidade. Submeter o documento à Assembleia Municipal.-----

- **Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos no Pré-Escolar e 1º ciclo do Ensino Básico - Informação Interna 05/GE/2011.**-----

O Presidente informou que este regulamento também já foi submetido à apreciação do Conselho Municipal de Educação, tendo sido aprovado após introdução de algumas alterações.-----

O regulamento foi aprovado por unanimidade e deverá agora ser remetido à Assembleia Municipal.-----

OBRAS:-----

- **António Vale Hipólito - Certificação (art.º 54º da Lei nº 64/2003) - Constituição de Compropriedade.**-----

Deliberado por unanimidade concordar com a constituição de compropriedade e emitir uma certidão que comprove que a constituição desta compropriedade não viola o regime legal dos Loteamentos, regulado pelo Decreto-Lei 26/2010 de 30 de Março.-----

- **Joaquim Mendes Colhe - Fraccionamento do Prédio Sito em Alpiarça - Rua António da Silva Barroso / Rua dos Bombeiros e da Música.**-----

Deliberado por unanimidade autorizar a constituição das duas parcelas e emissão de certidão que comprove que a pretensão agora autorizada não colide com as disposições previstas no Decreto-Lei nº 555/99, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei nº26/2010 de 30 de Março.-----

RECURSOS HUMANOS:-----

- **Constituição de Unidades Orgânicas Flexíveis - Ratificação.**-----

O Presidente explicou que esta proposta de constituição de Unidades Orgânicas está de acordo e vem na sequência da aprovação em Assembleia Municipal do regulamento da organização dos serviços do Município. O Presidente deu ainda conta de que no documento existe uma data errada da sessão da Assembleia em que o regulamento foi aprovado. Assim, onde se lê 30 de Setembro de 2010 deve ler-se 21 de Dezembro de 2010.-----

O Vereador Carlos Pereira explicou que, na sequência da aprovação do regulamento da organização dos serviços, cabe agora ao Presidente constituir as unidades orgânicas,

sendo que vai a aprovação a constituição de 9 unidades orgânicas.-----
O Presidente explicou que a constituição destas Unidades Orgânicas dota a Autarquia de uma estrutura intermédia que até aqui não tinha, sendo que muitos dos serviços tinham como superior hierárquico o próprio Presidente ou algum dos Vereadores, o que provocava alguns problemas ao nível da eficiência e autonomia do serviço.-----
O Vereador Carlos Pereira anotou outra gralha no documento. Onde se lê “Divisão de Administração Financeira”, deve ler-se “Divisão de Administração Geral e Financeira”.---
Posta à votação, com as alterações acima referidas, a Constituição de Unidades Orgânicas Flexíveis foi ratificada por unanimidade.-----
A Vereadora Regina Ferreira fez declaração de voto. A Vereadora votou favoravelmente esta proposta porque, apesar de entender que a documentação não está devidamente clarificada, parece-lhe que esta constituição poderá dar resposta às maiores necessidades da Câmara.-----
- Procedimentos Concursais - Errata.-----
O Presidente informou que este assunto já foi aprovado em reunião de Câmara, mas trazia um erro que deve agora ser corrigido. A saber: onde se lê “um posto de trabalho correspondente à carreira e categoria de assistente técnico” deve ler-se “um posto de trabalho correspondente à carreira e categoria de assistente operacional”.-----
Foi deliberado por unanimidade concordar com a errata ao documento presente e aprovado em reunião de Câmara de 10 de Dezembro de 2010.-----
- Ricardo Jorge Tirano Freitas Vaz - Acordo de Transacção - Proposta.-----
O Presidente começou por dar conta dos trâmites deste processo, lembrando que esta proposta vem na sequência do procedimento disciplinar instaurado a este funcionário em Setembro de 2004, cujas conclusões decretaram a pena de demissão. O funcionário recorreu da decisão para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, processo que ainda está a decorrer. Entretanto, após várias reuniões entre o Gabinete Jurídico da Câmara e o advogado do funcionário, foi entendido pela Câmara que era justo e correcto entrar em acordo no sentido de reintegrar este trabalhador. Entretanto, existe a forte possibilidade de a Câmara ser vencida neste processo e ver-se assim na contingência de ter de reintegrar o funcionário, bem como proceder ao pagamento de indemnizações, custos de procuradoria e dos vencimentos correspondentes aos 5 anos em que o funcionário não esteve ao serviço da Câmara. Por todas estas razões, o Presidente apresentou esta proposta de revogação do acto administrativo que conduziu à demissão do funcionário, com efeitos retroactivos. Proceder-se-á então à admissão do funcionário no mapa de pessoal da Câmara e ser-lhe-á atribuída uma indemnização que corresponde a metade dos vencimentos e subsídios que o funcionário teria direito durante estes 5 anos.-----
Posta à votação, a proposta de readmissão do funcionário em causa foi aprovada por maioria com voto de qualidade do Presidente da Câmara e 2 votos contra dos vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes.-----
Os vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes fizeram declaração de voto. A vereadora Regina Ferreira não concorda com esta proposta porque, por um lado, não conhece o processo na íntegra e, por outro, entende que esta decisão não devia estar a ser tomada agora uma vez que o tribunal ainda não sentenciou o processo. A Vereadora não percebe qual é a necessidade de desistir do processo antes de este estar decidido, tanto mais que a Câmara atravessa grandes dificuldades financeiras. Na opinião da vereadora deveria esperar-se pela decisão do tribunal e depois agir consoante o resultado.-----
O Vereador Luís Garrotes fez suas as palavras da vereadora Regina Ferreira, e acrescentou que discorda do ponto c) da proposta que preconiza a reintegração do funcionário na área e categoria que ocupava o que, na opinião do vereador, contraria os

princípios de boa gestão, dado que tendo em conta a natureza do caso seria de evitar a reintegração do trabalhador nas mesmas funções.-----

Em jeito de comentário o Vereador afirmou ainda que não existe nenhum dado concreto a sustentar esta proposta, uma vez que não existe nenhuma prova ou indício para confirmar a afirmação do Presidente de que há forte possibilidade de a Câmara perder este processo.-----

O Presidente também fez declaração de voto. Afirmou que para além das razões expostas na proposta há uma questão que julga essencial na apreciação deste processo: é que o exercício da justiça implica processos céleres que não prolonguem no tempo as situações. Ao fim de 6 anos, a não tomada de uma decisão por parte da justiça portuguesa implica sempre o prejuízo da pessoa em causa. Assim, o Presidente julga que a readmissão do funcionário nestas circunstâncias é um acto de justiça.-----

Também em jeito de comentário, o Presidente informou o Vereador Luís Garrotes que a questão das funções a desempenhar pelo funcionário ainda está em análise.-----

- Câmara Municipal de Alpiarça - Recurso a Reserva de Recrutamento Interno - Informação Interna nº 92/RH/2010 - ratificação.-----

Deliberado por unanimidade ratificar o recurso à reserva de recrutamento interno criada no âmbito do procedimento concursal comum para recrutamento de um Assistente Operacional - Escolas.-----

INFORMAÇÕES:-----

- Associação de Pais e Encarregados de Educação de Alpiarça - Agradecimento.-----

Tomou-se conhecimento.-----

- GNR - Posto Territorial de Alpiarça - Agradecimento.-----

Tomou-se conhecimento.-----

- CIMLT - Assembleia Intermunicipal - Moção.-----

Tomou-se conhecimento.-----

- Acta de Abertura de Propostas de Alienação de Veículos em Fim de Vida (VFV), Abandonados na Via Pública.-----

Deliberado por unanimidade ratificar a acta.-----

- GNR - Comando Territorial de Santarém - Cessação de Funções.-----

Tomou-se conhecimento.-----

- Provedoria de Justiça - Arquivamento de Processo.-----

Tomou-se conhecimento.-----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara, eram vinte e uma horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vitória Maria Lopes de Faria Brito, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.-----
